



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BOLIVAR CORRÊA PEDROSA NETO

**A INTERNALIZAÇÃO DE AGENDAS INTERNACIONAIS DE MEIO AMBIENTE
EM FIJI: UMA ANÁLISE IDEACIONAL DA POLÍTICA ENERGÉTICA**

João Pessoa

2024

BOLIVAR CORRÊA PEDROSA NETO

**A INTERNALIZAÇÃO DE AGENDAS INTERNACIONAIS DE MEIO AMBIENTE
EM FIJI: UMA ANÁLISE IDEACIONAL DA POLÍTICA ENERGÉTICA**

Artigo científico apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves

João Pessoa
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N469i Pedrosa Neto, Bolivar Correa.

A internalização de agendas internacionais de meio ambiente em Fiji: uma análise ideacional da política energética / Bolivar Correa Pedrosa Neto. - João Pessoa, 2024.

44 f. : il.

Orientação: Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Institucionalismo. 2. Virada Ideacional. 3. República de Fiji. 4. Acordo de Paris. 5. Transição Energética. 6. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável -ODS. I. Gonçalves, Pascoal Teófilo Carvalho. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

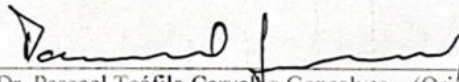
BOLIVAR CORREA PEDROSA NETO

**A INTERNALIZAÇÃO DE AGENDAS INTERNACIONAIS DE MEIO AMBIENTE
EM FIJI: UMA ANÁLISE IDEACIONAL DA POLÍTICA ENERGÉTICA**

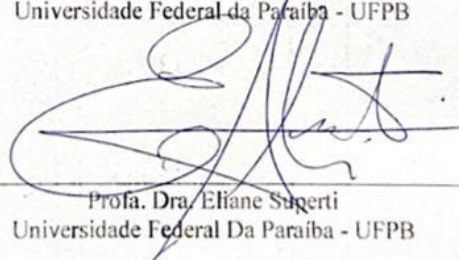
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 11 de outubro de 2024

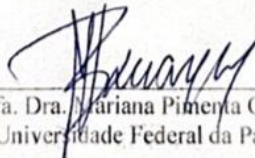
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Eliane Sugerti
Universidade Federal Da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Quando entrei nesta graduação, eu o fiz com as ideias do meu pai como guias. Agora, na saída, ele não está mais aqui. Muitos de seus ensinamentos continuam comigo, e apesar das dificuldades, como as presentes em uma vida qualquer, não me esqueço dos valores que me foram passados através de gerações, e de que nossa experiência nesta paragem deve ser voltada ao serviço. Nossos valores são os mesmos; nossas práticas, diferentes. A gratidão de ter aproveitado os primeiros anos desta jornada ao seu lado é imensurável, uma vez que nossas longas conversas tornaram-me um homem, ainda que com os mesmos sonhos de criança. Meu pai me ensinou o que a vida pode ser, e nossas experiências compartilhadas me mostraram o que eu quero que ela seja. Assim, como suas graduações e conquistas encheram meu avô - de quem carrego o nome - de orgulho, espero poder cobrir a comunidade da qual faço parte com amor, transformado todos os privilégios a mim dados em uma vida digna e feliz para aqueles que hoje me cercam. Subindo a montanha, lembro-me do que conversamos hoje.

Escrevendo estas palavras para uma mulher sagrada, agradeço também a minha mãe. Suas batalhas constantes pela nossa família criaram em mim raízes profundas do que o amor significa. Vê-la provendo diariamente a nós os sonhos impensáveis para a geração passada me enche de orgulho, não pelos resultados, mas sim pelos seus esforços. Ninguém me ensinou tanto a perseguir a justiça, com fé Naquele que não vemos, como ela. Seu gosto pela vida provoca em mim um jeito mais belo de entender o mundo, e suas capacidades, incomparáveis, ensinam-me o que fazer para desfrutar da vida. Para a orquídea da minha vida, agradeço por tanto, e espero poder devolvê-la com honras o amor sem horizontes que a mim foi dado.

Nayara, minha irmã, é a luz dos meus dias. A pureza de suas intenções e a bondade de seu coração cobrem o tempo, e ela será para mim uma referência eterna de uma pessoa iluminada. Entregando-a recentemente para que ilumine um novo lar, não posso evitar pensar nos nossos tempos de criança, quando além de minha protetora, ela já era também minha melhor amiga. Agradeço também ao meu irmão Daniel, que me acompanhou em diversas batalhas, das quais apenas nós sabemos. Sua resiliência é, para mim, um exemplo de futuro. Em meu cunhado, João, deposito enorme fé e confiança, por saber de sua dignidade e dedicação à família. Também agradeço a Normando, incomparável no bom-humor, um outro pai que a vida me deu.

Meus passos até aqui também foram guiados por duas mulheres que encontraram para mim espaço em seus corações, Lena e Manena. Com seu amor, que me criou como um filho, não posso senão vê-las como mães. Também agradeço aos meus avós, meus tios e tias, meus primos e primas por serem na minha vida uma constante de inspiração e cultura.

To my relatives and friends in the beautiful country of Germany, I bestow my gratitude. Although finding you still amazes me, for the randomness of it is subject to many considerations, the comfort you provide me, the sense of family and community, and the overall love you gave me without asking for anything in return, have overlasting roots in me. Opa, Elvira, Georg, Tina, Jakob, Laura, Patrick, Bohne, Neli, Marlene, Mwimbe, Alex, Anton and the Simons, you showed me the meaning of Geborgenheit. The bonds we forged through many laughs, conversations and an unforgiving climate shall never be forgotten. You are family to me.

As menções à família jamais estariam completas sem que eu mencionasse aqueles que, com tanto amor, ajudaram-me a ser uma pessoa melhor, apenas por serem eles mesmos. É impossível não me alongar neste momento, uma vez que a lista a seguir é vasta. Gostaria de agradecer aos meus Lombardos, Matheus, Carol, Gabriel, Antônio e Felipe. A vida com vocês é uma festa (apesar de meio estranha, com convidados esquisitos). A profundidade com a qual olhamos para a vida, o que provoca em mim reflexões sobre a nossa realidade e as alternativas, logo é trocada pela absurdez dos nossos encontros, que se acumula a níveis meio alarmantes. De qualquer forma, espero ser para vocês o que vocês são para mim: um alívio e uma brisa fresca. Aos meus cidadãos da cultura, não posso senão agradecer por tudo, enquanto espero por mais, mesmo que positivamente preocupado. Meu amor por vocês, assim como vocês mesmos, não tem limites.

Às irmãs que a adolescência me deu, Ana Emília, Nina e Flavinha, agradeço por ensinarem-me um pouco de noção, um pouco mais de humor, e muito amor. Nossa conexão de quase uma década me provou que há família para ser encontrada ao longo do caminho, e que as pessoas certas são as que, sendo elas mesmas as melhores, transformam-nos em pessoas melhores. Com a confiança de que ainda temos muito do que rir pela frente, agradeço profundamente por vocês estarem comigo, e por vocês serem quem são, o que sempre me cativou. Carlos, nossa amizade de mais de uma década me deixa imensamente grato. Poder acompanhar o seu crescimento me orgulha, e tranquiliza-me saber que escolhi as pessoas certas na minha vida. A Guga, um amigo que a vida me trouxe, agradeço pelo companheirismo em horas difíceis, assim como a descontração e as camaradagem nos momentos fáceis, que todos merecem.

Fingir ser gente grande trouxe para a minha vida grandes pessoas. Esses amigos, que são o futuro da nossa comunidade, datam de longos anos, e vê-los alcançar tanto serve de grande inspiração para mim. São eles: Galiza, Romberg, Gondim, Kelson, Isa, Letícia, Heitor, Pedro Falcone, Carol Borges e André Piva. Com todas as suas peculiaridades, cada um me mostra diariamente como se perseguir sonhos com dignidade, esperança e grandeza.

Agradeço enormemente às amigadas que esta graduação me deu. Bel, Mafê e Carla Meira, vocês me ensinam diariamente o que é lindo e o que vale a pena. Bel, minha irlandesa, obrigado por todos os seus conselhos, suas recomendações e por você mesma. Como testemunha do último quadriênio, afirmo que você é cheia de amor. Mafê, meu amor por você não conhece limites, assim como não conheço alguém com tamanho senso leveza, inteligência e do que é bom na vida, como você. Carla, sua resiliência e força ecoam como exemplos para todos nós. São os tesouros guardados dentro de ti, no entanto, que nos transformaram em amigos, pois a convivência mostra sua delicadeza, inteligência e toda a sua dedicação. Agradeço também a Carla, Lucas, Miró, Vitória, Vitor Meira e Daniel por seu companheirismo, amizade e pela força que me deram. Aos meus colegas de vida e trabalho, Samuel, Rubens e Luan, agradeço por todo o brilhantismo, altruísmo e dedicação. Compartilhar os sonhos com vocês faz da nossa jornada, que é muito agreste, mais amena.

Gostaria também de agradecer ao meu orientador, Pascoal, por seu exímio trabalho. Tendo o acompanhado na pesquisa, na extensão e na monitoria, vi crescer minha admiração por essa figura de referência para minha geração. Sinto-me privilegiado por ter aprendido tanto junto a um homem de cultura.

Finalmente, agradeço à Paraíba, objeto dos meus sonhos. Tuas belezas são incomparáveis, e a vocação que inspiraste em tantas gerações não foi por acaso, mas há algo escondido em ti que anima a humanidade. Minha terra, meu trabalho e meu esforço são para ti e teus habitantes. Que brilhe sobre ti o sol manso, e que não falte a nenhum dos teus cidadãos o rosto humilde e o caminhar digno. Rezo para Deus proteger-te, e pôr em mim a coragem implicada na tua transformação. Juro, eternamente, ser companheiro da tua vontade.

RESUMO

As demandas por descarbonização, necessárias ao combate às mudanças climáticas, tornaram-se parte integrante da agenda ambiental internacional. A existência de múltiplas conferências e reuniões sobre a tratativa climática, realizadas ao menos desde 1972, serve de exemplo. Na República de Fiji, pequeno país insular no Pacífico Sul, a introdução da temática ambiental no debate nacional já foi bastante institucionalizada, como se vê na própria constituição do país, promulgada em 2013 e que menciona diretamente a gestão sustentável da natureza. Em 2015, dois novos compromissos da agenda climática global foram introduzidos: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris, ambos dentro do sistema onusiano. Este trabalho levanta o questionamento: em que medida as agendas internacionais de transição energética foram internalizadas em Fiji? Por este trabalho não tenciona observar os resultados das mudanças, mas sim o próprio processo de mudança, o foco se deu sobre a análise dos textos produzidos pelo Estado que abordassem a transição energética do país para, por meio de uma análise textual, conferir a internalização das agendas globais de transição energética entre os anos de 2013 e 2022. Como metodologia, o trabalho fez uso de uma revisão sistemática de literatura, seguida por uma análise de conteúdo categorial dos termos relacionados à transição energética e às agendas internacionais. Concluiu-se que algumas agendas foram muito mais difundidas em instituições específicas do país do que em outras. A empresa estatal de eletricidade mostrou-se muito menos aberta às agendas internacionais, enquanto o Acordo de Paris encontrou ampla internalização nos documentos do Estado, o que também ocorreu, apesar de com menor frequência, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Institucionalismo, Virada Ideacional, República de Fiji, Acordo de Paris, Transição Energética, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

Demands for decarbonization, essential for combating climate change, have become an integral part of the international environmental agenda. The existence of multiple conferences and meetings on climate negotiations, held at least since 1972, exemplifies this. In the Republic of Fiji, a small island nation in the South Pacific, the introduction of environmental issues into national debate has been well institutionalized, as evidenced by the country's Constitution, enacted in 2013, which directly mentions the sustainable management of nature. In 2015, two new commitments to the global climate agenda were introduced: the Sustainable Development Goals and the Paris Agreement, both within the United Nations system. This paper raises the question: how have international energy transition agendas been internalized in Fiji? Since this study does not aim to observe the outcomes of changes but rather the process of change itself, the focus was placed on analyzing the texts produced by the state that addressed the country's energy transition. Through textual analysis, the study aimed to assess the internalization of global energy transition agendas from 2013 to 2022. The methodology involved a systematic literature review, followed by a categorical content analysis of terms related to energy transition and international agendas. It was concluded that some agendas were much more disseminated in specific institutions of the country than in others. The state-owned electricity company appeared much less receptive to international agendas, while the Paris Agreement found broad internalization in state documents, which also occurred, albeit less frequently, with the Sustainable Development Goals.

Keywords: Institutionalism, Ideational Turn, Republic of Fiji, Paris Agreement, Energy Transition, Sustainable Development Goals.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. DISCUSSÕES ACERCA DA MUDANÇA INSTITUCIONAL	11
1.1. Mudança institucional para os três institucionalismos mencionados	13
1.2. Institucionalismo discursivo	16
1.3. O papel das ideias	19
1.4. O papel dos discursos	22
2. A NATUREZA DOS DISCURSOS ANALISADOS:	24
3. RESULTADOS EMPÍRICOS:	28
3.1. ODS e Paris nos documentos do Estado	31
3.2. Estudo dos relatórios da Empresa Estatal de Eletricidade	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	36
REFERÊNCIAS:	41

INTRODUÇÃO

A República de Fiji, situada no Pacífico Sul, próxima à Austrália e à Nova Zelândia, apresentou um notável interesse e celeridade no que concerne ao combate às mudanças climáticas¹. Dentro desta discussão, a transição energética salta como necessidade para todos os países do mundo. As inclinações de Fiji para assuntos ambientais são expressas já em sua constituição, datada de 2013, que exalta a necessidade de uma “relação prudente, eficiente e sustentável com a natureza” (Fiji, 2013, p. 2). Além disso, uma série de planos estatais, escritos entre 2013 e 2021, também demonstra o interesse das ilhas pelo tema. Para completar o quadro institucional no que se refere à transição energética do país, é fundamental mencionar a promulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), pelas Nações Unidas, e a conclusão do Acordo de Paris, no âmbito da Conferência das Partes das Nações Unidas, ambos de 2015.

As agendas internacionais e os planos estatais, no que diz respeito à transição energética, precisam de um executor para se materializarem. Em Fiji, tem-se um Estado planejador, mas a instituição responsável pelo provimento de eletricidade para as ilhas é a empresa estatal de capital aberto Fiji Energia Ltda (EFL, em inglês). A EFL é responsável por mais de 90% da geração elétrica do país e contém seus próprios planos estratégicos, que podem ou não incorporar as mencionadas agendas internacionais. Tendo isso em mente, este trabalho questiona: como mudaram o Estado² e a empresa nacional de eletricidade de Fiji para abarcar as agendas internacionais referentes à transição energética? Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os possíveis impactos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris em Fiji, enquanto seus objetivos específicos são: 1) mapear os principais planos, leis e projetos concernentes à transição energética feitos pelo Estado fijiano entre 2013 e 2022; 2) mapear os relatórios da empresa estatal responsável pelo provimento de energia em Fiji; 3) analisar os esforços de transição energética de Fiji à luz da literatura institucionalista.

¹ Fiji foi o primeiro país a ratificar o Acordo de Paris:

<https://www.theguardian.com/environment/2016/feb/15/fiji-becomes-first-country-in-the-world-to-ratify-paris-agreement#comments>

² O que neste artigo é entendido como o “Estado”, para o planejamento energético, é o coletivo dos principais ministérios e departamentos encarregados de planejar o desenho energético do país. São também esses órgãos os autores dos planos estudados, notadamente: o Ministério da Economia, o Departamento de Energia, o Ministério de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Nacional e Estatística, o Departamento de Transporte, o Ministério e o Ministério de Infraestrutura e Serviços Meteorológicos

A base teórica deste artigo consiste na literatura sobre mudança institucional, com atenção especial para como o problema das ideias foi abordado pelas correntes institucionalistas. Assim, este artigo explora as contribuições dos institucionalistas da Escolha Racional, Histórico, Sociológico e, por fim, Discursivo, passando pela “virada ideacional” das Ciências Sociais nos anos 1990 (Blight *et al*, 2016).

A relevância deste trabalho se justifica pelo caso fijiano servir de exemplo para um problema comum a vários países em desenvolvimento: um país com área limitada, dependente de tecnologias importadas e rico em recursos naturais (World Bank, 2023). Ainda diante desses desafios, Fiji assumiu compromissos ambiciosos no combate às mudanças climáticas e no que concerne à sua transição energética (Fiji, 2015). Além disso, algumas dificuldades atuais das Ilhas não são estranhas à experiência histórica brasileira, a exemplo do que considerou Furtado (2009) no que se refere à dependência tecnológica e a problemas no balanço de pagamentos do Brasil.

A atividade que este artigo se propõe a empreender, isto é, de analisar a internalização de agendas de transição energética internacionais no Estado e na principal instituição elétrica do país, corresponde a uma certa interseção de estudos mais tradicionalmente observados separadamente: transição energética, combate às mudanças climáticas, difusão dos ODS e institucionalismo discursivo. O enquadramento temporal, por si só, implica um estudo voltado ao recentíssimo: a Constituição de Fiji foi promulgada em 2013 e o último marco analisado neste trabalho data de 2022. Além disso, enquanto planos, leis e metas, os documentos públicos do Estado que são trabalhados aqui não só contemplam o tempo presente, mas também o futuro, levando em consideração que o nível de planejamento no qual o país se encontra o permitiu traçar metas até 2050. A Política Nacional de Energia e o Roteiro de Implementação das CND expiram somente em 2030, juntos aos ODS. Assim, o processo aqui estudado não está dado, mas continua a acontecer, mesmo que tenhamos um segmento temporal limitado. Talvez em consequência disto, a maior parte do material publicado sobre o assunto venha na forma de manuais e relatórios de organizações regionais.

Um marco inicial para este trabalho foi, na verdade, o relatório da Comissão Econômica para Ásia e Pacífico sobre o progresso do ODS 7 em Fiji para o ano de 2021. Nele, há uma seção dedicada aos marcos institucionais do país no sentido de perseguir o ODS 7. As leis e os planos, são organizadas pelo documento. Em cima desta referência, este trabalho teve o acesso inicial aos primeiros materiais que foram analisados (ESCAP, 2022).

Os estudos sobre internalização de agendas de transição energéticas, apesar de variados, apresentam maior escassez quando limitados a Fiji. Isto é mais verdade ainda

quando se busca por abordagens institucionalistas para o fenômeno. Em repositórios importantes para o desenvolvimento científico da região, como a do Secretariado do Programa Regional Ambiental do Pacífico (SPREP, em inglês), as pesquisas envolvendo “Fiji” resultam principalmente em matérias que concernem o manejo dos recursos naturais e a adaptação aos eventos climáticos extremos. Os relatórios e planos estatais referentes à transição energética foram captados por este trabalho, como citado anteriormente.

Outra organização regional relevante é a Comunidade do Pacífico (antigo Comitê do Pacífico Sul, de onde vem sua sigla em inglês, SPC). Em seu repositório, notadamente mais completo que o da SPREP, apenas 45 resultados aparecem quanto a Fiji. Novamente, o maior enfoque se dá em gestão de recursos naturais e construção de resiliência climática. Um relatório, intitulado “Fiji Results Summary 2021”, traz uma série de dados sobre o desempenho de Fiji em relação aos ODS. Curiosamente, não há menção ao ODS 7. Os Objetivos contemplados no relatório correspondem ao foco mais geral dos trabalhos no repositório: ODS 5, para igualdade de gênero, ODS 2, para segurança alimentar e o ODS 14, para proteção dos mares.

Os procedimentos metodológicos aqui usados consistiram, primeiro, numa breve revisão sistemática de literatura, seguida por uma análise categorial de conteúdo. A revisão de literatura logo levou este artigo ao encontro do relatório Nexstep da Comissão Econômica e Social para a Ásia e Pacífico (ESCAP), que detalhou os esforços de Fiji para alcançar o ODS 7, que contempla a transição energética. Da lista original da ESCAP, nove documentos foram selecionados, que contemplam os planos energéticos do país entre os anos de 2013 e 2022. Uma outra pesquisa levou aos relatórios anuais da empresa pública de eletricidade, a Energia Fiji Ltda, onde selecionou-se o intervalo de relatórios anuais também de 2013 a 2022.

Selecionados esses documentos, a pesquisa de texto pelos termos referentes às agendas foi feita por meio da plataforma de análise textual Atlas.ti. Essa plataforma permite o processamento de um grupo de textos, encontrando por meio de tags, isto é, códigos, os termos desejados. Assim, após a busca dos termos referentes às agendas internacionais de transição energética, codificou-se essas menções, o que nos deu a frequência de menções por documento. O mesmo processo foi feito para dois grupos de documentos, os do Estado fijiano e da empresa de eletricidade, com a busca dos mesmos termos. Os planos estatais, que contemplam tanto a situação presente como as intenções para o futuro, bem como os relatórios, que além de darem um diagnóstico dos acontecimentos do ano em questão, também oferecem as intenções da empresa para o ano seguinte, forneceram a este artigo uma visão mais completa da internalização das agendas nessas instituições.

Concluiu-se, então, que as agendas internacionais foram internalizadas em graus diferentes em Fiji. Enquanto houve ampla internalização do Acordo de Paris, com menção às Contribuições Nacionalmente Determinadas de Fiji, verificou-se uma frequência ligeiramente menor das menções aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Por outro lado, os relatórios da empresa demonstraram que a instituição esteve relativamente fechada a essas agendas, a exemplo das quase zero menções encontradas. Os resultados encontrados abrem caminhos para trabalhos futuros, que contemplem as estratégias de difusão dessas agendas pela Organização das Nações Unidas e as possíveis outras agendas que animaram o processo de mudança formal encontrado na Fiji Energia Ltda.

1. DISCUSSÕES ACERCA DA MUDANÇA INSTITUCIONAL

Os processos característicos de mudanças institucionais vêm sendo estudados por diversos autores há décadas. As preocupações com a mudança são, no entanto, posteriores às com a estabilidade das instituições. O próprio objeto do estudo do institucionalismo, segundo (Thelen; Mahoney, 2010; Hall; Taylor, 2003), remonta à permanência ao longo do tempo. As instituições são percebidas como provedoras de estabilidade para a condução política, econômica e cultural dos agentes. A literatura institucionalista, ainda não especificando suas correntes, debruçou-se por anos sobre questões de estabilidade, sendo esta privilegiada em relação à mudança (Blight et al, 2016). Depois, no entanto, críticas ao manejo da mudança institucional por parte dos acadêmicos do campo institucionalista os levaram a considerar mudanças por meio de diversas abordagens teóricas. A chamada “Virada Ideacional” das ciências sociais levantou a falta de estudos sobre os impactos das ideias nas instituições (Blight et al, 2016). Assim, buscando solucionar uma questão mais antiga - a da mudança - e uma mais recente - falta de uma teoria que incluísse ideias -, alguns teóricos passaram a incorporar certos elementos da virada ideacional nos seus quadros de pesquisa. Para alguns, esses autores não foram longe o bastante, o que os levou a desenvolver, ainda na década de 1990, o chamado “institucionalismo discursivo” ou “ideacional” (Schmidt, 2008).

O campo institucionalista, a despeito de alguns problemas comuns - mudança e ideias -, não apresenta uma frente única quanto ao que deveria ser seu objeto mais básico de análise: o que realmente é uma instituição. Campbell (2004), em sua obra seminal “Mudança Institucional e Globalização”, descreve instituições como:

the foundation of social life. They consist of formal and informal rules, monitoring and enforcement mechanisms, and systems of meaning that define the context within which individuals, corporations, labor unions, nation-states, and other organizations operate and interact with each other. Institutions are settlements born from struggle and bargaining. They reflect the resources and power of those who made them and, in turn, affect the distribution of resources and power in society. Once created, institutions are powerful external forces that help determine how people make sense of their world and act in it. They channel and regulate conflict and thus ensure stability in society (Campbell, 2004, p. 1).

Essa definição, no entanto, pode ser entendida como generalista. Perissinotto e Stumm (2017), em sua revisão sobre o estado da arte do institucionalismo ideacional, apontam para visões mais distintas entre as correntes. Antes de explorar suas divisões, eu nomearei as próprias abordagens. São elas, tradicionalmente: o Institucionalismo da Escolha Racional (IER), o Institucionalismo Histórico (IH), o Institucionalismo Sociológico (IS), e, finalmente, o Institucionalismo Discursivo (ID). Antes de nos aprofundarmos sobre as construções teóricas diversas, foquemo-nos nas divergências acerca do que são instituições.

Perissinotto e Stumm (2017) destacam que a abordagem racionalista, isto é, do institucionalismo da escolha racional, trata das instituições como pontos de equilíbrio entre os interesses dos atores. Sob esta perspectiva, o equilíbrio serviria aos atores na obtenção de seus objetivos. O equilíbrio seria mantido devido a nenhum dos atores envolvidos desejar alterar sua condução, seja por incerteza ou pelos benefícios do arranjo em vigor. Além disso, instituições também poderiam ser vistas como regras formais e informais e seus mecanismos de sanção aos atores que não as cumprem (Campbell, 2004).

O institucionalismo histórico sustenta algumas premissas semelhantes às do institucionalismo da escolha racional, como o entendimento de que instituições podem ser regras formais ou informais e informais. Diferentemente dos racionalistas, os historicistas priorizam o papel controlador da instituição em questão, dando proeminência à estrutura acima da agência (Blight et al, 2016). Essas regras formais produziriam comportamentos disciplinados, garantidos pelo constrangimento causado pelas práticas institucionais. Após internalizados, os comportamentos alinhados reproduziriam as ações que sustentam as instituições e constrangem os indivíduos (Fioretos et al, 2016). Além disso, Perissinotto e Stumm (2017) levantam a institucionalização dos comportamentos adequados como método de manutenção ideológica.

Os comportamentos alinhados à reprodução institucional também criariam regras de conduta que ajudariam a constranger ainda mais as alternativas do agente à parte daquela instituição em questão, provocando uma certa dependência ideológica e comportamental (Perissinotto; Stumm, 2013; Yee, 1996).

Finalmente, o institucionalismo sociológico também compreende instituições como regras formais ou informais, privilegiando as informais como sendo parte de um enquadramento cognitivo-cultural que limita as alternativas dos atores (JEPPERSON, 1991 apud CAMPBELL, 2004). Ainda, é importante ressaltar que, para teóricos do institucionalismo sociológico, essas estruturas cognitivas não são apenas limitadoras da ação individual; pelo contrário, permitem a ação individual, uma vez que provêm uma conduta cognitivamente validada para os indivíduos (Perissinotto; Stumm, 2013).

As abordagens encontradas dentro do institucionalismo discursivo no que concerne à natureza das instituições serão tratadas numa seção à parte, mas, por agora, é relevante ressaltar que não houve, essencialmente, uma ruptura desta escola com relação às outras, uma vez que seu propósito se encontra mais nos processos de manutenção e mudança que são sustentados pelas ideias do que pelos espaços institucionais per se (Blight, 2002).

1.1. Mudança institucional para os três institucionalismos mencionados

Apesar de haver uma denúncia por parte dos institucionalistas discursivos quanto à capacidade dos três institucionalismos tradicionais - Escolha Racional, Histórico e Sociológico - de explicar a mudança institucional (Schmidt, 2010), não obstante há uma rica produção nesse sentido; podendo o sucesso dos esforços explicativos ser debatido posteriormente.

Thelen e Mahoney (2010) reconhecem que os institucionalismos tradicionais apresentam análises robustas quanto ao surgimento de instituições formais, assim como explicações bem embasadas para, em momentos de crise, a substituição de instituições antigas por novas (o que talvez seja uma outra forma de explicar o surgimento institucional), mas que apresentam dificuldades em apontar as causas de mudanças institucionais mais graduais. Ainda assim, os momentos de crise são atribuídos, na maioria das vezes, a choques exógenos às instituições.

Abordando a questão da mudança institucional diferentemente, Campbell (2004) afirma que os institucionalistas despenderam, sim, muito esforço na explicação das mudanças, estando a maior dificuldade do campo não na questão da mudança, mas na classificação do tipo de mudança. Assim, o autor dedica um capítulo inteiro aos problemas referentes à identificação dos tipos de mudança institucional. Campbell então propõe discutir os mecanismos de mudança, essencialmente, como a mudança ocorreria.

Algo observável em ambos trabalhos, no que concerne aos tipos de mudança institucional, é uma divisão generalista entre mudanças revolucionárias ou incrementais. Thelen e Mahoney (2010) analisam brevemente as três correntes mais tradicionais do neoinstitucionalismo e suas relações com a mudança institucional, destacando logo seus problemas estruturais de análise. O institucionalismo sociológico apresenta uma tradição de estudo repleta de abordagens sofisticadas. Como nomes importantes da corrente (Zucker, 1987; também DiMaggio e Powell, 1983) levantaram, a base explicativa da manutenção das instituições, ou das estruturas cognitivas, estaria em aspectos mimetizantes, culturais e normativos. Como Zucker colocou, as organizações estariam em uma “gaiola de ferro”, uma vez que as pressões institucionais viriam essencialmente de fora da organização, o que implica na atribuição da mudança ao campo externo (Zucker, 1987, pp 445).

As questões colocadas, assim, levam à conclusão de que o institucionalismo sociológico possui dificuldades explicativas estruturais quanto à mudança, que encontram, nas ideias, possibilidades de solução que serão discutidas mais adiante. Quanto ao institucionalismo da escolha racional, Thelen e Mahoney (2010) novamente revisam brevemente os desafios de mudança da corrente. Se esta corrente procura entender instituições como pontos de equilíbrio atingidos quando os interesses das partes envolvidas são suficientemente contemplados (HARDIN, 1982 apud SCHMIDT, 2010), infere-se que o equilíbrio, quando não levando em questão o papel das ideias na formação dos interesses dos atores, só poderia ser rompido por meio de mudanças externas à instituição.

O institucionalismo histórico, por sua vez, focou-se em entender a permanência de instituições - geralmente formais - ao longo de vastos períodos de tempo. As bases da permanência, apesar de considerações sobre o papel da cultura e das normas, são predominantemente relacionadas ao poder (Pierson, 2016; Thelen; Mahoney, 2010; Campbell, 2004). Observando instituições como produtos de disputas de poder que reconfiguram a distribuição de recursos (Fioretos et al, 2016), o institucionalismo histórico explica a estabilidade por meio da “trajetória dependente”, isto é, a dificuldade de implementação de alternativas à organização em questão por dependência cognitivo-comportamental diante daquela instituição e porque, em linha com as abordagens mais tradicionais da corrente, a instituição em questão distribui benefícios aos agentes mais poderosos que a sustentam, diminuindo, assim, os motivos para a elite institucional buscar qualquer mudança (Thelen; Mahoney, 2010).

Havendo uma satisfação dos ditos interesses das elites institucionais (interesses serão discutidos mais adiante) com o arranjo em questão, a mudança dificilmente viria dos

dirigentes saciados, o que levou os institucionalistas históricos a buscarem fontes exógenas de mudança. Talvez nenhuma das outras duas correntes tradicionais do neoinstitucionalismo tenha desenvolvido tanto sua explicação para mudança exógena quanto o institucionalismo histórico. As “conjunturas críticas” são momentos de rápida transformação, onde as restrições ao comportamento individual seriam aliviadas pelo enfraquecimento institucional, permitindo, assim, maior agência, o que poderia levar à tomada de ação individual, modificando a instituição (Capoccia, 2016).

Após introduzir alguns problemas dos neoinstitucionalistas quando abordando a mudança institucional, Thelen e Mahoney (2010) passam para a sua própria proposta de como o fenômeno da mudança institucional deveria ser analisado. Os autores começam afirmando suas bases institucionalistas em comum acordo com o institucionalismo histórico: instituições como “elementos distributivos” de recursos sociais, como poder e riqueza material (Thelen; Mahoney, 2010, pp 8). O reconhecimento de instituições deste modo não é inovador (Pierson, 2016), mas os interesses de diversos atores nos recursos distribuíveis daquele arranjo implicariam que as elites institucionais, isto é, aqueles atores que mais se beneficiam dos recursos distribuídos, precisam manter suas posições em rearranjos constantes, o que traria um germe da mudança dentro da própria definição de instituição (Thelen; Mahoney, 2010).

Há, em seguida, uma discussão sobre regras e compliance, também como a afirmação de que a mudança institucional se assenta sobre revisões da balança de poder por parte dos indivíduos envolvidos nas instituições (Thelen; Mahoney, 2010). Brevemente, os autores também tipificam quatro diferentes modos de mudança institucional incremental: 1) displacement; 2) layering; 3) drift; 4) conversion. As discussões sobre regras, compliance e balança de poder, de fato, ajudam a energizar o campo historicista no que concerne à mudança - algo há muito criticado (Schmidt, 2010), mas não escapam à crítica do institucionalismo ideacional:

Even innovations in HI (e.g., Streeck and Thelen 2005) that elaborate the incremental processes of change resulting from actor's use of mechanisms of layering, conversion and interpretation mainly describe such change rather than explain it by reference to what actors themselves think and say that leads to change. In fact, when historical institutionalists concern themselves with agency, they tend to turn either to RI for a calculus-oriented agency or to SI for a culture-oriented one (...), and they have thereby ended up with another kind of static, equilibrium-focused explanation (Schmidt, 2008, p.317).

As críticas às capacidades explicativas de mudança institucional dos três neoinstitucionalismos tradicionais, primeiro feitas por Thelen e Mahoney (2010), também por Campbell (2004), são complementadas por Schmidt (2008), partindo esta última autora de uma corrente distinta de seus pares, propositalmente ainda não desenvolvida neste trabalho - o institucionalismo discursivo. Esta corrente se propõe a investigar o papel das ideias na manutenção das instituições, assim como responder a sérios questionamentos (como o posto acima) sobre o papel do discurso para a mudança institucional.

1.2. Institucionalismo discursivo

O que neste trabalho e na literatura institucionalista recente convém chamar de institucionalismo discursivo tem suas raízes na “virada ideacional” dos anos 1990. O fenômeno, que ocorreu através de vários campos das ciências sociais, buscou reagir à falta de estudos sobre ideias nas disciplinas, o que, segundo seus adeptos, minava a capacidade explicativa das teorias (Perissinotto; Stumm, 2017). Como posto na seção anterior, as dificuldades de explicar a mudança presentes nos institucionalismos clássicos - da escolha racional, histórico e sociológico - advinham de um foco explicativo na manutenção dos equilíbrios, na tomada de preferências fixas e nos quadros cognitivos quase inescapáveis (Schmidt, 2008).

A imobilidade causada pela ausência de ideias nas abordagens foi bastante criticada, o que levou os próprios adeptos das correntes a introduzirem as ideias nas suas searas. Dentro do institucionalismo da escolha racional, o trabalho de Goldstein e Keohane (1993) desponha como uma busca séria de convergência entre ideias e as premissas tradicionais do institucionalismo racionalista. Os autores sugerem que os interesses não podem ser entendidos como dados, mas sim somente quando associados às ideias por trás dos interesses. Mesmo um indivíduo egoísta e racional, agente caro para esta corrente, não pode conceber seus interesses sem ideias associadas a eles. Similarmente, quando seus interesses são incertos, como numa situação de incerteza Knightiana (ver Blight, 2002), as ideias serviriam de roadmaps para os atores (Goldstein; Keohane, 1993).

The first pathway derives from the need of individuals to determine their own preferences or to understand the causal relationship between their goals and alternative political strategies by which to reach those goals. On this pathway, ideas become important when actors believe in the causal links they identify or the

normative principles that they reflect. Thus ideas serve as road maps. Analysis of this pathway does not account for which ideas are available and persuasive, but once an idea is selected, this pathway limits choice because it logically excludes other interpretations of reality or at least suggests that such interpretations are not worthy of sustained exploration. (Goldstein; Keohane, 1993, p. 12)

Como se pode perceber no trecho acima, as ideias ocupam uma função específica dentro da virada ideacional racionalista: expandir a cesta de ferramentas à disposição do indivíduo racional. Ideias como *roadmaps* servem para reduzir as incertezas, às vezes até mesmo sobre os próprios interesses dos atores, o que implica dizer que as ideias são meios passíveis de utilização para a obtenção dos objetivos do indivíduo (Perissinotto; Stumm, 2017).

Dentro do institucionalismo histórico, houve uma receptividade maior para com as ideias (Perissinotto; Stumm, 2017), apesar de logo em seguida as dificuldades teóricas e de preferências ficarem evidentes (Blight et al, 2016). Como exposto anteriormente, as concepções de instituições enquanto regras formais e ou informais que produzem rotinas e comportamentos, apesar de certamente sofisticadas, indicam um peso explicativo muito maior na permanência das instituições do que na sua transformação (Hall, 2016). A produção de rotinas envolve prover previsibilidade de ação aos agentes naquele meio institucional. Enquanto reproduzindo os comportamentos ditados pela instituição, os atores, essencialmente, reproduzem ideias sobre comportamentos adequados, fortalecendo as práticas e as rotinas (Yee, 1996).

Blight et al (2016) discutem a introdução das ideias no institucionalismo histórico como contemporânea da “virada ideacional”, inserida na batalha própria entre o historicismo e o racionalismo. Os autores, de forma curiosamente compreensiva, argumentam que, face às críticas que a corrente fazia aos racionalistas, o estruturalismo, no sentido de primazia da estrutura (instituições) sobre os indivíduos (agentes) seria um “materialismo necessário” (Blight et al, 2016 p. 6). A primazia das instituições sobre os agentes reservava pouco espaço para a introdução de ideias, uma vez que a repetição sistemática de rotinas e comportamentos provocada pelas instituições diminuía a importância dos interesses individuais dos atores, assim como de suas ideias. Como Blight *et al* (2016) colocam:

(...) if institutions constrain, how can they enable, and vice versa? Or, in this case, if institutions are resources, how can they also be constraints, and vice versa? Hay’s answer, as seen in his later work, was to embrace ideas ever more fully and develop a distinct constructivist institutionalism as a way to resolve this structural dualism

(see, e.g., Hay 2007). Doing so, which was implicit in both this piece and in Blyth's prior engagement, was however a step too far for most historical institutionalists and the door for engagement closed a little more. (Blight et al, 2016, p. 9)

As dificuldades para a introdução das ideias no institucionalismo histórico, apesar de uma relutante tentativa, assentavam-se também sobre questões da identidade dos próprios institucionalistas. Havendo problemas referentes à capacidade de explicar a mudança endogenamente, que poderiam ser parcialmente solucionados com a virada ideacional, os adeptos da corrente viram-se diante de duas opções: aprofundar o estudo sobre ideias, arriscando as premissas da corrente; ou perceber as ideias como ferramentas marginais do processo explicativo e gradualmente abandoná-las (Blight et al, 2016). Outra autora que aborda os limites entre o institucionalismo histórico e o que viria a ser chamado de “institucionalismo discursivo” é Vivien Schmidt:

Whereas RI scholars have largely resisted the turn to ideas, HI scholars have been divided over how far to go with regard to ideas. The question here is where the tipping point is between HI scholars who continue to see institutions as constitutive of ideas and those who might better be called DI scholars with a HI tradition of ideas because they see ideas as constitutive of institutions even if shaped by them (Schmidt, 2010, p. 10).

Antes de se prosseguir para a abordagem teórica que servirá de base para a análise deste artigo, isto é, o institucionalismo discursivo, deve-se concluir esta sessão com a relação entre o institucionalismo sociológico e as ideias. Entendendo instituições como normas, práticas, quadros cognitivos e sistemas de sentido que guiam os humanos, é inegável que há uma consideração pelas ideias nesta escola (March; Olsen, 1989; Schmidt, 2010). Assim, uma diferença que se pode levantar entre os adeptos da corrente sociológica e os da corrente discursiva é exatamente a semelhança entre o institucionalismo sociológico, da escolha racional e histórico: estas correntes percebem instituições como externas aos indivíduos (Schmidt, 2010).

Por outro lado, as instituições para o institucionalismo discursivo são:

internal to sentient agents, serving both as structures (of thinking and acting) that constrain action and as constructs (of thinking and acting) created and changed by those actors. This internal capacity to create and maintain institutions derives from agents' 'background ideational abilities' (Schmidt, 2010, p. 14).

As considerações postas acima não são as únicas que explicam a necessidade de desenvolver uma nova abordagem dentro da corrente institucionalista. À simples introdução de ideias como fator explicativo, mesmo que não como mera ferramenta externa aos atores, faltaria a articulação dessas ideias - o discurso (Schmidt, 2010). Assim, o campo, no que concerne à incorporação de ideias, aproximou-se de um momento transformador: o surgimento de uma quarta corrente institucionalista, majoritariamente preocupada com ideias e discursos.

Antes de prosseguir, este trabalho tenciona, assim como feito acima com as correntes, esclarecer algumas questões preliminares, para então tratar do que são ideias, o que são discursos e como discursos e ideias provocam mudança institucional. O que se deve esclarecer, brevemente, é o quadro institucional que é considerado por esta nova corrente. O institucionalismo discursivo, como fazem também as correntes anteriores, aceita que instituições são constrangimentos que estabelecem padrões e regularidades. “No entanto, ao focar nas ideias de atores concretos, essa corrente teórica “infunde” nessas estruturas a ação” (Perissinoto; Strumm, 2017, p. 127). Como Schmidt (2010) coloca, instituições passam a ser internas aos agentes.

1.3. O papel das ideias

O conceito de “ideias” é algo complexo, uma vez que não há um consenso sobre sua natureza de fato; ou melhor: há muitas ideias sobre ideias (Schmidt, 2008; Perissinoto; Strumm, 2017). Apesar de haver uma certa ligação lógica entre a necessidade de ideias (de processamento da realidade) e a ação dos indivíduos, o que de fato constitui uma ideia e como ela afeta os resultados políticos ainda está em aberto. Dispondo de várias conceituações possíveis, este trabalho então opta pela categorização de ideias feita por Blight (2002) quando enriquecendo o trabalho de Karl Polanyi com uma abordagem ideacional.

Como Perissinoto e Strumm (2017) levantam, há autores que definem ideias como “visões sobre o funcionamento do mundo” (Hogan; O’Rourke, 2014), “descrições do mundo” (Béland, 2010) ou “perspectivas intelectuais” (Goldstein, 1988). Para fins operacionais, alguns autores voltaram-se para categorias de ideais, como o conceito de “visões de mundo” (Goldstein; Keohane, 1993), que significa algo como a fundação das ideias, os pressupostos culturais: essencialmente, a base que permite o surgimento de ideias subsequentes. O estudo geral sobre ideias pode ser mais ou menos geral, indo das ideias de uma nação e de seus

eleitores para a análise das ideias de um líder em específico. Devido à vastidão que os estudos ideacionais podem tomar, cabe, neste trabalho, o limite do estudo das ideias em torno do Estado, da burocracia e da empresa estatal de eletricidade de Fiji. Cobrindo o papel das ideias na transformação das instituições dentro do capitalismo, Blight (2002) também contempla, no geral, atores mais próximos do processo decisório das grandes economias capitalistas.

Blight (2002), então, elabora cinco hipóteses sobre ideias; ou melhor, sobre como ideias corroboram a construção e a mudança institucionais: 1) ideias como redutores de incerteza; 2) ideias como possibilitadoras da ação coletiva; 3) ideias como armas; 4) ideias como plantas para novas instituições; 5) ideias permitem a estabilidade institucional.

A primeira hipótese sobre ideias contempla o cenário desenvolvido em seu livro por Blight (2002): a redução da incerteza em crises econômicas. Assim, diferente de outros autores, Blight afirma que as instituições por si só não reduzem as incertezas, mas sim as ideias antes da construção de novas instituições. Além disso, é importante diferenciar temporalmente a criação de novas instituições e a identificação de uma crise. Afinal, o entendimento do que é uma crise também depende de ideias sobre o que é desejável ou não. A criação de uma instituição em resposta a uma crise aconteceria depois da identificação da crise, o que inevitavelmente sinaliza para a importância das ideias em cenários adversos. Também a fonte das novas instituições depende das ideias, uma vez que os atores precisam recorrer às suas “cestas de ideias” sobre como proceder em resposta à crise. Assim, poderia-se resumir esta hipótese como a identificação de um evento como crise, seguido pelo processamento do que se deve fazer em relação à crise, finalmente desembocando na criação de novas instituições em resposta à crise. Portanto, as ideias não somente traduzem ao agente o que ocorre no mundo, como carregam também as soluções aceitáveis para as eventuais crises (Blight, 2002).

A segunda hipótese, quando aplicada a este trabalho, possibilita a relação entre as agendas internacionais de mudança climática e os problemas de ação coletiva. O trabalho de Blight está voltado para casos de crises econômicas, notadamente as dos anos 1930 e 1970. O autor explica o papel das ideias na transformação do establishment livre-cambista dos anos 20 para o keynesianismo que perdurou por quatro décadas, quando passou a ser substituído pelo neoliberalismo no contexto dos governos Thatcher e Reagan, entre as décadas de 1970 e 1980 (Blight, 2002). A necessidade de construir instituições após crises está relacionada com aspectos redistributivos das instituições, uma vez que uma nova alocação de recursos é pensada como necessária. De modo análogo, a percepção de que algo tem de ser feito quanto às mudanças climáticas para se evitar resultados indesejados também parte de ideias. Assim,

ideias permitem que os atores superem problemas de ação coletiva, uma vez que podem ser compartilhadas entre variados agentes, definindo o que é a crise, o que se pode fazer sobre ela e quem se beneficiará mais ou menos com sua solução (Blight, 2002).

A terceira hipótese posiciona ideias como “armas”. Após o momento descrito na hipótese anterior, isto é, a percepção da crise e a proposição de novas instituições, o processo de deslegitimar as velhas instituições se inicia. Assim como novas ideias sustentarão as novas instituições, “velhas” ideias sustentaram as velhas instituições, o que faz com que o ataque às antigas ideias seja muitas vezes uma prioridade dos grupos interessados na mudança institucional (Blight, 2002).

A quarta hipótese, brevemente, supõe a possibilidade de ideias servirem como plantas para a criação das próximas instituições. Como Blight coloca: “new institutions are derivative of new economic ideas” (Blight, 2002, p. 40). Após atribuir a um fenômeno a característica de crise e à velha instituição a culpa pela crise, as ideias procedem para permitir o que deve ser feito e que tipo de nova instituição seria desejável. O autor também destaca que o diagnóstico feito pelos agentes sobre o momento em que vivem não representa uma verdade absoluta, nem que o uso superior da razão os levou àquele desenvolvimento, mas simplesmente que o processo de mudança institucional não pode ser plenamente compreendido sem que se entenda o papel das ideias (Blight, 2002).

Finalmente, a quinta hipótese sobre ideias de Blight contempla o papel das ideias na estabilidade institucional. As ideias que permitem ao ator a mudança, seja como ideias sobre o que deve ser feito ou ideias sobre quais instituições deveriam ser criadas, também criam expectativas para os atores. Posto de outra forma, os atores esperam que algumas coisas vão acontecer devido às suas ideias. As expectativas, que são centrais também para os três outros institucionalismos, são coordenadas pelas ideias dos atores, que passam a entender o que é “normal” com base naquilo que esperam que aconteça, criando, assim, convenções.

The concept of conventions within institutions as coordinating devices for expectational coordination developed here comes from Keynes. For Keynes, "rational knowledge" and economic interests are not based upon "given" interests, but rest instead on intuitive beliefs. Consequently, interests are "fickle things" that behave nonrationally and are constituted by ideas (Blight, 2002, p. 42).

Após o excerto acima, o autor prossegue destacando a importância das convenções, ou seja, das ideias compartilhadas entre vários atores. Em resumo, o nível de estabilidade está ligado à quantidade de pessoas que sustentam uma convenção, ou seja, que compartilham

daquela ideia. Assim, a conclusão a que o autor chega é a de que as instituições não são criadas para reduzir a incerteza, pois isso é uma das funções das ideias (como se percebe na primeira hipótese), mas sim para estruturar as expectativas dos atores sobre o futuro. As instituições estruturam os agentes no sentido que sua própria existência sustenta as convenções dos agentes (Blight, 2002).

Com esta breve discussão sobre ideias, este trabalho gostaria de contrastar as explicações sobre mudança institucional encontradas em Blight (2002) e Thelen e Mahoney (2010). Por um lado, Thelen e Mahoney ressaltam o papel das instituições como distribuidoras de poder e recursos, o que implicaria no grande interesse de atores desprivilegiados na conquista de posições mais vantajosas dentro da instituição. A busca pela manutenção do poder pelas elites institucionais levaria a uma constante necessidade de criar coalizões que preservem o poder dominante, o que traria para dentro da instituição uma possibilidade de mudança. Diferentemente, Blight afirma que, apesar de choques exógenos e disputas internas fragilizarem as instituições, estes processos não são responsáveis pela criação de novas instituições, uma vez que cabe às ideias o intermédio da construção de novas instituições. De outra maneira, os elementos identificados por Thelen e Mahoney (2010) responsáveis pelo surgimento de novas instituições, sejam eles crises econômicas, guerras ou a distribuição de recursos e poder, não são, para os indivíduos envolvidos no processo institucional, autoevidentes. Isto é, a constatação de que o ocorrido foi um “choque”, que ameaça os “interesses” das elites institucionais e que uma nova instituição deve ser criada para conter a “crise” depende da interpretação, o que inevitavelmente é feito com o recurso das ideias (Blight, 2002; Thelen; Mahoney, 2010).

1.4. O papel dos discursos

Além da própria importância que as ideias tomam para a explicação de mudança institucional dos institucionalistas discursivos, são exatamente os estudos sobre discursos o que, segundo Schmidt (2010), marcam a principal diferença entre considerações apenas ideacionais e, de fato, discursivas. Além disso, o discurso pode ser visto como um conceito mais versátil que o de ideias (apesar deste possuir alta variação), uma vez que o processo discursivo é o de articulação de várias ideias para diferentes fins (Schmidt, 2008). Os discursos são importantes não somente por articularem ideias, mas também por canalizarem

ideias no sentido desejado pelo orador. Aplicável ao caso deste artigo, Vivien Schmidt acrescenta:

Moreover, discourse may intersperse technical and scientific arguments with more generally accessible narratives that fit together the specialists' arguments with accounts of events, emblematic cases, and even doomsday scenarios to generate compelling stories about the causes of current problems, what needs to be done to remedy them, and how they fit with underlying values of the society (Schmidt, 2008, p. 309).

A apreensão de ideias que circulam em comunidades epistêmicas específicas, a exemplo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla inglesa), muitas vezes pode ser limitada, uma vez que o uso extremamente técnico de certos termos pode produzir relatórios, como no caso do IPCC, que necessitam de intérpretes públicos que transmitam o conhecimento promovido pela instituição à população no geral. Como posto acima, a articulação e canalização dessas ideias é uma das funções dos discursos, o que nos leva também à possibilidade de se entender discursos em sua forma “comunicativa” e “coordenativa”, ou seja, enquanto ação que busca comunicar ao público a necessidade de uma política e a articulação das próprias políticas, respectivamente (Schmidt, 2008).

Na esfera política, Schmidt (2008) identifica que o discurso coordenativo ocorre entre indivíduos e grupos envolvidos na construção das políticas, bem como sua elaboração e sua justificativa. De certa maneira, pode-se ver o papel da burocracia nesta esfera. Por outro lado, o discurso comunicativo envolve atores envolvidos na apresentação das políticas tomadas, na legitimação das ações do Estado, e pode ser voltado a públicos diferentes, como o eleitorado em geral, mas também e “minipúblicos” (Schmidt, 2008), que este trabalho interpreta como também envolvendo grupos de acionistas, por exemplo.

Quanto à direção das pressões e das iniciativas do discurso, a autora reconhece que, no geral, prevalece um sentido de cima para baixo, isto é, das elites discursivas para o público geral. No entanto, a participação popular na elaboração dos discursos (isto é, da articulação de ideias) também é notável, em especial a partir de grupos organizados (Schmidt, 2008). Os discursos, no entanto, não devem ser entendidos como originando puramente a individualidade dos agentes; são, na verdade, também enquadrados pelas instituições, uma vez que o conceito do que é apropriado ser dito advém de um contexto institucional. Isso não implica dizer que o institucionalismo discursivo se encontra cercado dos mesmos problemas dos outros três institucionalismos, isto é, a primazia da estrutura sobre a agência. Pelo

contrário, enquanto internas aos agentes, esses atores criam e mantêm as próprias instituições (Schmidt, 2008).

As inegáveis capacidades humanas de elaborar ideias e discorrer sobre elas podem ser divididas, a fim de finalmente se entender como ideias e discursos são indispensáveis para a mudança institucional, basicamente em duas categorias: habilidades ideacionais de segundo plano (*background*) e habilidades discursivas de primeiro plano (*foreground*). Enquanto as habilidades ideacionais de segundo plano sustentam a capacidade humana de fazer sentido dos fenômenos, as habilidades de primeiro plano seguem a lógica da comunicação, isto é, a capacidade humana de articular ideias com certo distanciamento das instituições nas quais estão inseridos. Em outras palavras, por mais que as instituições sejam “internas” aos agentes (Schmidt, 2010), as capacidades discursivas o permitem pensar sobre instituições como algo à parte de si mesmo, o que permite reflexões sobre mudança ou a manutenção das instituições (Schmidt, 2008).

A relevância das duas habilidades não pode ser subestimada, uma vez que, enquanto produto da ação coletiva, a mudança institucional não depende das ideias contidas na mente de um indivíduo. O processo que conecta a mudança de ideias e a mudança institucional é, exatamente, o processo interativo do discurso, pelo qual as pessoas trocam ideias, agem e falam sobre instituições como se estas fossem externas a eles próprios, mesmo que sejam internas aos agentes. Assim, a combinação de ideias e discursos traz maior equilíbrio entre os agentes e a estrutura cognitiva, bem como enriquece as explicações sobre mudança institucional, seja de maneira endógena ou exógena (Schmidt, 2010).

2. A NATUREZA DOS DISCURSOS ANALISADOS:

A segunda seção deste artigo tenciona cruzar os resultados empíricos da nossa pesquisa sobre a internalização das agendas internacionais nas Ilhas Fiji com algumas contribuições da literatura discursiva acima discutida. Antes disso, é importante reiterar que o objeto de estudo deste trabalho são os documentos produzidos pelo Estado fijiano entre 2013 e 2022 no que concerne à transição energética do país, dentro dos quais foram observados às menções às agendas internacionais, bem como o que se entende pelas ideias centrais por trás das agendas³. Diante das limitações dos ministérios e dos departamentos estatais quanto à

³ O que se convém chamar de “ideias centrais” neste artigo nada mais é do que o objetivo de cada agenda. Assim, tem-se a neutralidade climática (net-zero) as NDC para o Acordo de Paris, bem como

implementação da política energética - simplesmente porque esta não lhes cabe -, este trabalho também se debruçou sobre os relatórios da principal empresa pública de eletricidade do país, a Autoridade Elétrica de Fiji, rebatizada Fiji Energia Ltda, após sua corporatização em 2018.

As principais agendas referentes à transição energética, num nível internacional e promulgadas dentro do período estudado de 2013 a 2022 foram desenvolvidas no escopo da Organização das Nações Unidas, compiladas no Acordo de Paris da Conferência das Partes, em 2015, e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, do mesmo ano. Ambos focam-se em questões semelhantes, mas distintas. Enquanto o Acordo de Paris surge dentro das Convenções-Quadro como resposta de quase 200 países ao aquecimento global, com metas voltadas à redução das emissões de gases do efeito estufa, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são notadamente mais abrangentes, com vistas à construção de uma sociedade que supere problemas básicos da humanidade, como acesso à água, à alimentação saudável, à paz e à representação política. As ambições dos ODS, evidentemente, contemplam essas propostas dentro de um contexto de sustentabilidade, isto é, do consumo de recursos que não prejudique seu usufruto por futuras gerações (Nações Unidas, 1972).

A seção anterior discutiu algumas questões acerca do papel das ideias e dos discursos, que resultam em algumas pendências por esclarecer antes de se prosseguir com esta seção, notadamente: a) a natureza dos documentos analisados enquanto discursos; b) o papel das ideias em jogo.

A discussão bibliográfica anterior que culminou na exposição das capacidades explicativas do institucionalismo discursivo, antecedida por uma discussão sobre as cinco hipóteses sobre ideias de Blight (2002), forneceu-nos recursos teóricos suficientes para se entender os próprios objetos desta pesquisa - os documentos do Estado fijiano e da empresa Fiji Energia Ltda - como discursos. Tomando o trabalho de Schmidt (2008) como base, onde a autora define suas visões de discurso, pode-se perceber a aplicabilidade da definição de “discurso” no caso dos planos e nos relatórios estudados. Quanto aos planos do Estado, tem-se uma série de documentos, produzidos ao longo dos anos por instituições públicas estatais encarregadas de coordenar o planejamento energético do país. O fato de termos acesso aos documentos “prontos”, isto é, não aos debates ou ideias por trás dos planos, mas do que já se tenciona fazer, não diminui sua qualidade enquanto discurso. O fato de se produzir um documento oficial público acessível à população evidencia, obrigatoriamente, uma natureza comunicativa da ação do Estado.

Quando discorrendo sobre como os discursos permitem a articulação de diferentes níveis de ideias na esfera política, Schmidt (2008) faz uma discussão aplicável a este trabalho: a divisão entre discursos comunicativos e coordenativos. Os discursos coordenativos constituem o processo de articulação, troca, justificação de ideias entre os indivíduos no centro da elaboração das políticas. Por outro lado, o discurso comunicativo envolve a “apresentação, deliberação e legitimação” de ideias e projetos para o público geral (Schmidt, 2008, p. 310). Enquanto processo em massa de legitimação e comunicação, de tornar a população a par das intenções do grupo político que ocupa o Estado no momento, o discurso comunicativo também engloba a visão dos atores de oposição às propostas do governo, o que não pôde ser analisado nesta pesquisa, restando-nos as posições do Estado fijiano e da Fiji Energia Ltda.

Por outro lado, tem-se os relatórios da EFL. Esses documentos, também facilmente acessíveis pelo público geral e por pesquisadores, relatam o balanço fiscal da empresa (lucros líquidos, dividendos, despesas, etc), investimentos feitos no ano em questão, assim como acontecimentos relevantes, e, finalmente, os planos e visões da empresa para o futuro. Com esse entendimento em questão, este trabalho também passa a compreender os documentos da empresa como discursos, uma vez que buscam informar suas ações, intenções, planos e o que a própria instituição entende como relevante. Finalmente, é interessante ressaltar que, em nenhum momento, Schmidt (2008) restringe discurso à fala. Antes que se critique este entendimento de relatórios serem discursos, é importante ressaltar que os documentos, tanto da empresa como do Estado, não procuram exclusivamente informar o leitor sobre ações passadas, mas apresentam uma visão de futuro, que foi construída, debatida e sancionada por intermédio das ideias. Por mais que os documentos não explicitem os embates ideacionais dentro das instituições, mostrando-nos os resultados “prontos”, é embasado pela literatura aqui apresentada que o processo de construção de políticas depende das ideias, como Blight (2002) discutiu, e que as ideias inevitavelmente são articuladas por meio dos discursos (Schmidt, 2010). Assim, a coordenação de várias ideias, organizadas a fim de comunicar ao público em geral o que foi feito e o que se pretende fazer, para este trabalho configura um discurso.

Dessa maneira, retomando a divisão feita por Schmidt (2008) quanto ao tipo dos discursos - comunicativos ou coordenativos -, imaginou-se que os discursos em questão, tanto do Estado como da EFL, encontrariam-se na qualidade de discurso coordenativo, para os documentos estatais, e comunicativo, para os relatórios da empresa. Após certa ponderação, entendeu-se que ambos os documentos encaixam-se mais em categorias comunicativas. A

razão para tal é a noção de que os documentos não apresentam uma posição a ser negociada, tampouco são direcionados aos atores internos à estrutura política, mas sim voltados à população em geral e, no caso da EFL, a um possível “míni público” de investidores domésticos e internacionais, o que mantém a característica comunicativa dos relatórios. Mesmo que se imaginasse os investidores como atores internos à estrutura, há uma diferença entre acionistas e possíveis novos acionistas. Além disso, o *board* de diretores da EFL já envolve representantes da fatia privada japonesa de ações na empresa, o que implica que a tomada de novos rumos, representados nos relatórios, foi discutida *antes* da publicação dos relatórios.

Quando discutindo suas cinco hipóteses sobre ideias, Blight (2002), dando continuidade ao trabalho de Polanyi (2000), naturalmente foca-se no contexto das grandes transformações de países capitalistas ao longo do século XX. O entendimento do chamado “duplo movimento”, para Blight, seria mais profundo com uma abordagem ideacional que procurasse compreender o papel das ideias na construção de instituições econômicas. Sendo assim, as ideias identificadas neste trabalho também são percebidas como cumprindo algumas funções específicas dentro do contexto do planejamento energético a nível internacional.

Dentre algumas hipóteses, a segunda de Blight (2002) - ideias como possibilitadoras da ação coletiva - apresenta possibilidades interessantes de análise para este trabalho. Com a disseminação de ideias sobre a própria crise, isto é, com o entendimento estratégico de que o que se está vivendo é uma crise que precisa ser solucionada, ideias passam a ocupar um papel fundamental na criação de coalizões e consensos que possibilitem a construção de novas instituições. Há, no entanto, uma diferença temporal importante quanto à construção das coalizões que permitiram a tomada de ação coletiva contra as mudanças climáticas. No âmbito do Acordo de Paris, tem-se o surgimento da instituição que o deu origem a partir dos anos 1990, com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sendo assinada durante a Rio 92, tendo a primeira COP acontecido em Berlim, em 1995 (UNFCCC, 2024). O papel da redução das incertezas que as ideias ambientais ocuparam no imediato pós-Guerra Fria pode ser explorado por futuros trabalhos, mas é relevante ressaltar que as percepções da crise climática à época e atualmente são radicalmente diferentes (ver IPCC, 1995; IPCC, 2023). O que se pode ressaltar é que o papel das ideias enquanto possibilitadoras da ação coletiva foi testado várias vezes. As discussões, acordos e metas desenvolvidos no âmbito das COPs representam diversas rodadas de interação, quando novos interesses, novas informações e novas (e mais severas) percepções da crise entram em questão.

As próprias ideias acerca da natureza da crise (se percebida como uma crise, em primeiro lugar) condicionam a recepção das ideias subsequentes sobre como resolvê-la. As experiências dos países com os efeitos das mudanças climáticas, bem como mudanças nas ideias da sociedade civil e dos políticos, alteraram o nível de urgência percebido por alguns países da região, o que inclui Fiji (Prasad, 2021). As ideias, após reduzirem as incertezas advindas de uma crise, “definem qual deve ser, de fato, o objetivo final da ação coletiva” (Blight, 2002, p. 38). O nível de coordenação internacional visto na elaboração do Acordo de Paris foi possível, em partes, pela crença comum de que a crise climática é um fenômeno que requer ações para contê-lo, uma vez que a não-ação coletiva provocaria efeitos extremamente adversos, que recairiam desproporcionalmente sobre algumas regiões do planeta, como o Pacífico Sul, onde encontra-se Fiji.

3. RESULTADOS EMPÍRICOS:

No que concerne aos procedimentos metodológicos e com a finalidade de mapear essas mudanças institucionais⁴ no Estado e na Autoridade Elétrica de Fiji (FEA, depois EFL, nas siglas em inglês), este artigo buscou perseguir os compromissos assumidos pelo próprio governo sob forma de planos econômicos, leis, e programas de desenvolvimento. Os compromissos assumidos pelo Estado, de forma explícita, quantificável e voluntária, sob a égide do Acordo de Paris, por si só já implicam em mudanças: o que deve ser feito para limitar o aquecimento do planeta. Enquanto isso, também analisou-se os relatórios da FEA (depois EFL), por onde se viram as ações tomadas pela empresa num dado ano. Inicialmente, buscou-se entender os impactos dos compromissos externos sobre o país através da manifestação textual, isto é, da frequência de termos específicos referentes à transição energética.

Os documentos estudados, agrupados pelo Relatório Nexstep da Comissão Econômica para a Ásia e o Pacífico para Fiji em 2022, são: a Política Nacional de Energia (2013), o

⁴ Apesar da associação imediata entre instituições formais, como as estudadas neste trabalho, e estabilidade ao longo do tempo, vários autores, como Thelen e Campbell, buscam explicar os elementos endógenos do processo de mudança. Afinal, quando posta sob a prova do tempo, as instituições sofrem modificações internas por parte de seus condutores, mesmo que por diferentes razões. Novos atores, com novas ideias, podem tentar influenciar as instituições para que favoreçam seus interesses. O estudo de instituições pressupõe, também, o estudo das mudanças institucionais, dado que uma parte da estabilidade institucional advém da adaptabilidade aos novos tempos.

Quadro de Crescimento Verde para Fiji (2014); a Política de Transporte Marítimo e Terrestre (2014); as Contribuições Nacionalmente Determinadas de Fiji (2015); Roteiro de Implementação das CDN (2017); o Plano Vintenal e Quinquenal de Desenvolvimento Nacional (2017); a Política Nacional de Mudança Climática (2018); a Estratégia de Desenvolvimento de Baixas Emissões (2018) e, por fim, a nova Política Nacional de Energia (2021). Todos estes documentos são públicos, o que facilitou o acesso e o estudo.

Para se garantir uma análise mais completa, olhou-se para os relatórios da empresa estatal de eletricidade. Os relatórios indicam o desempenho da empresa ao longo do ano em destaque, e foram selecionados para os anos de 2013 a 2022, mantendo fidelidade ao nosso marco temporal. Comum a todos os documentos é a exposição anual da estrutura organizacional da empresa, com destaque aos ocupantes da diretoria daquela instituição. Além disso, dados relativos à quantidade de pessoas com acesso à eletricidade e aos gastos da empresa também são disponibilizados. Interessante também são as “missões” da empresa e os eventos relevantes para a instituição, que são atualizados anualmente, o que também serve de termômetro para a mudança, apesar de não ser o foco deste artigo, podendo ser explorado por trabalho futuro. Por fim, e fundamental para se afirmar a mudança por meio de texto das intenções, os relatórios contêm os planos futuros da empresa, a exemplo do tipo de fonte de energia em que a empresa investirá. A análise dos termos utilizados nos relatórios da empresa responsável pelo provimento de eletricidade para o país foi posta ao lado dos planos do Estado, de modo a realizar também um estudo comparativo da internalização das agendas internacionais em duas instituições.

A plataforma alemã de análise de dados Atlas.ti foi utilizada para realizar a pesquisa lexical nos textos. Por meio dela, pode-se incluir os documentos públicos que desejamos analisar de uma forma sistemática, separada por documento. Sobre os documentos adicionou-se “códigos”, isto é, etiquetas que correspondiam aos termos que procurávamos. Numa busca por menções aos ODS, por exemplo, a aplicação do código “SDG” nos mostra a localização do termo nos documentos. Além disso, a plataforma também quantifica as menções, dando-nos por fim a frequência de diversos termos através de vários documentos. A aplicação dos códigos se deu, inicialmente, em busca de menções diretas ao Acordo de Paris e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Ao pesquisar por essas agendas especificamente, pode-se ver o peso relativo das menções por documento. A partir daí, a análise torna-se mais qualitativa, baseada nas interpretações acerca dos dados textuais coletados e processados.

O processo de incorporação das agendas, e as mudanças percebidas por meio de palavras de forma autônoma pelo próprio Estado são analisadas de forma sistematizada com o uso da plataforma de análise de texto “Atlas.ti”. Por meio dela, pôde-se juntar todos os documentos estudados e realizar a contagem dos termos interessantes para este trabalho. Portanto, trata-se de uma análise que contempla elementos quantitativos, isto é, a frequência dos termos, e qualitativos, uma vez que nós empregamos valor aos textos de forma subjetiva.

As transformações nestas instituições não serão observadas apenas pela frequência e qualidade dos termos, mas também se fará uso de uma abordagem teórica institucionalista que buscará compreender o papel das ideias e das palavras na mudança institucional. Assim, este trabalho buscou identificar, entre uma nova Constituição, a ratificação do Acordo de Paris, a promulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a corporatização da empresa estatal de eletricidade e da eventual compra de parte das ações pelo Grupo Chugoku, as mudanças institucionais ocorridas na administração energética pública - depois publico-privada - de Fiji. Assim, o monitoramento dos documentos toma o ano de 2013 como ponto inicial, uma vez que uma nova constituição foi promulgada neste ano. Num movimento notável, a Constituição teve incluída em sua alínea H a declaração de que uma das bases da República seria uma “relação prudente, eficiente e sustentável com a natureza” (FIJI, 2013).

Os caminhos que levaram à nova Constituição não serão discutidos aqui, mas é relevante destacar, além da ênfase na igualdade racial, que a Carta foi promulgada sob a vigência dos Objetivos do Milênio no mundo (ODM), já na antessala da promulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Adicionalmente, Fiji já possuía um histórico de participação nas Conferências das Partes das Nações Unidas (COP), além de fóruns regionais. Portanto, é inegável que o país já possuía um certo grau de exposição a temas ambientais, especialmente a temas energéticos em voga na comunidade internacional.

A pesquisa se inicia com um pequeno recorte na seleção de documentos feita pela Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP, em inglês), realizada pela ferramenta NEXSTEP de planejamento energético. A NEXSTEP foi desenvolvida para apoiar os países da região na consecução do Objetivo 7 dos ODS, isto é, “Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”. Em sua seleção sobre Fiji, a ESCAP fez um levantamento acerca do estado da transição energética do país quando de 2022, destacando os principais planos e leis que contemplam a matéria energética. A listagem feita pela ESCAP não foi copiada para esta pesquisa, mas foi tomada como base; para nossos fins, a análise da transição energética como um todo seria inviável, portanto optou-se por deixar de

fora estudos mais profundos sobre usos domésticos de energia, como no caso de lenha para cocção.

A análise, assim, também caiu sobre as matrizes elétricas do país. Este nível de especificidade requereu, no entanto, que se pesquisasse diretamente os planos da Autoridade Elétrica de Fiji, hoje Fiji Energia Ltda. Os relatórios da empresa contêm metas, que nos indicam a direção a ser seguida pela firma, bem como o progresso feito até então. Outros dados podem ser explorados em um futuro trabalho, mas neste nos focamos na análise textual pura, não necessariamente nos resultados obtidos pelos projetos de transição energética.

3.1. ODS e Paris nos documentos do Estado

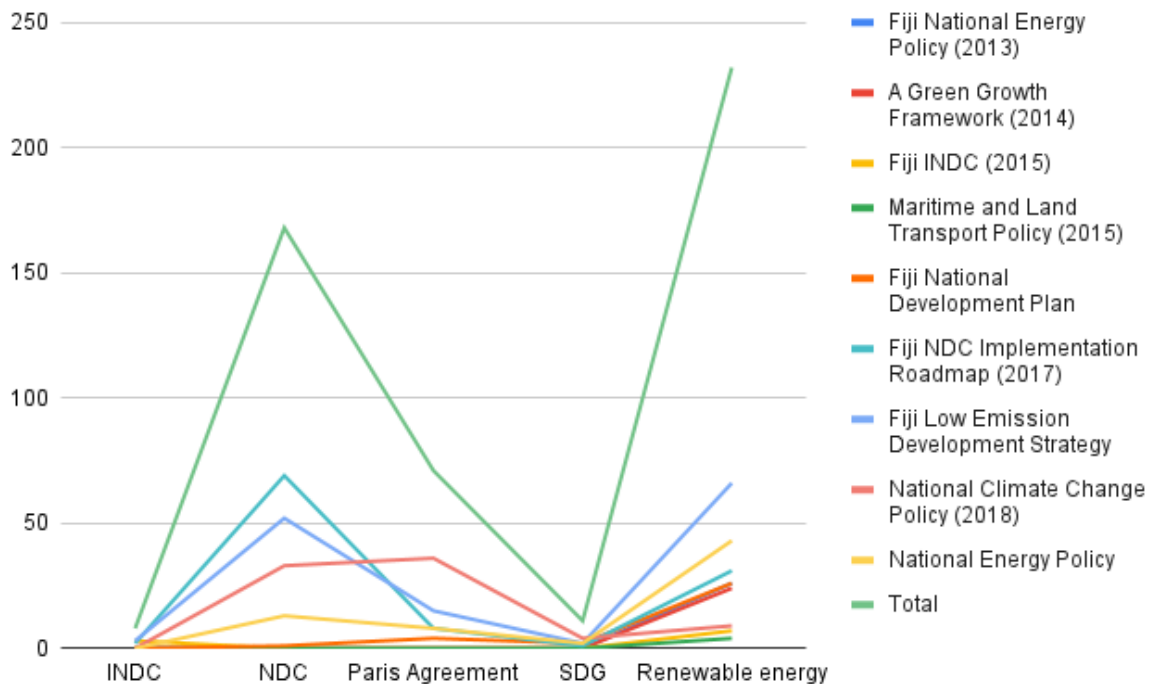
Para se entender mais completamente a difusão e internalização de agendas internacionais - sob forma de texto -, buscamos inicialmente identificar a apreensão dos ODS no planejamento energético do país. As primeiras pesquisas de texto que incluíam o termo “SDG” (sigla em inglês para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) dentro do grupo de relatórios selecionados pela ESCAP, isto é, de responsabilidade do estado fijiano no que concerne à transição energética, nos indicaram que há **38** menções relacionadas ao termo ao longo dos oito documentos. Removendo manualmente do *pool* de resultados as referências bibliográficas, algumas notas de rodapé e, principalmente, referências a outros ODS que não o ODS 7, chega-se a **11** citações do termo “SDG”. Enquanto um dos interesses desta pesquisa, a internalização dos Objetivos mediante a transição elétrica do país, isto é, essencialmente, o ODS 7, com especial foco na meta 7.2. (aumentar substancialmente a participação de energias limpas na matriz energética nacional), não faria sentido computar todas as menções aos ODS encontradas nos documentos, pois assim haveria enorme distorção e super representação destes itens na pesquisa. Por fim, optou-se também por manter menções gerais aos Objetivos quando estas não fossem específicas a nenhum deles, com nos casos de destaque da necessidade de monitoramento dos ODS pelo Estado. Por entendermos que o ODS 7 estaria representado nessas intenções, mantivemos algumas menções.

No entanto, considerando que as agendas em questão são discursos, e entendendo discursos como o processo de articulação de ideias (Schmidt, 2008), os objetivos deste trabalho não poderiam ser satisfeitos sem que, antes de concluir que os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável não foram internalizados em larga escala pelo planejamento energético público do país, buscássemos as ideias por trás do discurso. Assim, procuramos entender se os ODS poderiam ter sido apreendidos de outra forma, sob outros termos, talvez

aludindo às ideias-base do discurso. O objetivo-fim dos ODS, como a própria sigla indica, é a consecução do “desenvolvimento sustentável”, portanto pesquisou-se pelo seu equivalente em inglês, “sustainable development”, resultando em zero resultados. Em seguida, buscou-se pelo termo “renewable energy”, o que resultou numa quantidade surpreendente de 232 menções no total. A distribuição destas é interessante, e a pesquisa nos mostra que a menção à “energia renovável” é anterior até mesmo à promulgação dos ODS e do Acordo de Paris, ambos em 2015. Como o Gráfico 1 mostra, os planos estatais dos anos 2013 e 2014 mantiveram um número estável de menções, seguido de uma brusca queda no ano de 2015, curiosamente, o ano da promulgação dos ODS e da assinatura do Acordo de Paris. O ano de 2017 trouxe uma retomada do nível de 2013-2014, enquanto o ano de 2018 viu tanto a maior menção ao termo, 66 vezes, como a terceira menor, 9 vezes. O último documento desta pesquisa, publicado em 2021, sinaliza uma retomada do nível de menções, ainda acima da média inicial, figurando em 43 menções.

Em seguida, buscou-se monitorar a internalização de outra agenda internacional, a promovida pelo Acordo de Paris, pesquisando por seu equivalente em inglês, “Paris Agreement”, o que nos levou a 71 menções no total. Como termos correlatos, uma vez que seu uso advém do Acordo de Paris, buscou-se também nos documentos os termos “IDNC” e “NDC”, siglas para “Intended Nationally Determined Contributions”, e “Nationally Determined Contributions”, respectivamente. Como a sigla “INDC” foi substituída por “NDC” assim que as Contribuições foram depositadas junto ao Acordo de Paris, tornando-se assim mandatórias, é de se esperar que haja uma grande discrepância entre a frequência dos termos, figurando em 8 menções para “INDC” e 168 para “NDC”. O que chama a atenção é o declínio acentuado da frequência, caindo de 69 menções, em 2017, para 13, em 2021. Similarmente, nota-se uma queda na frequência do termo “Paris Agreement”, aparecendo em nossa pesquisa apenas 8 vezes no ano de 2021. Uma das razões para o possível declínio desta agenda pode estar ligada ao fato que as metas do Acordo de Paris são revisadas a cada cinco anos (United Nations, 2024), o que aproxima o ano final desta pesquisa ao ano da promulgação de novas metas, portanto sinalizando talvez um interesse nas metas de 2015, que estariam desatualizadas. Apesar do declínio de menções, é inegável que a agenda encontrou receptividade no Estado fijiano, a exemplo da elaboração de um documento voltado exclusivamente para a implementação das metas de Fiji dentro do escopo do Acordo de Paris (Fiji, 2017).

Gráfico 1: quantidade de menções dos códigos pesquisados em cada documento público analisado



Fonte: elaborado pelo autor

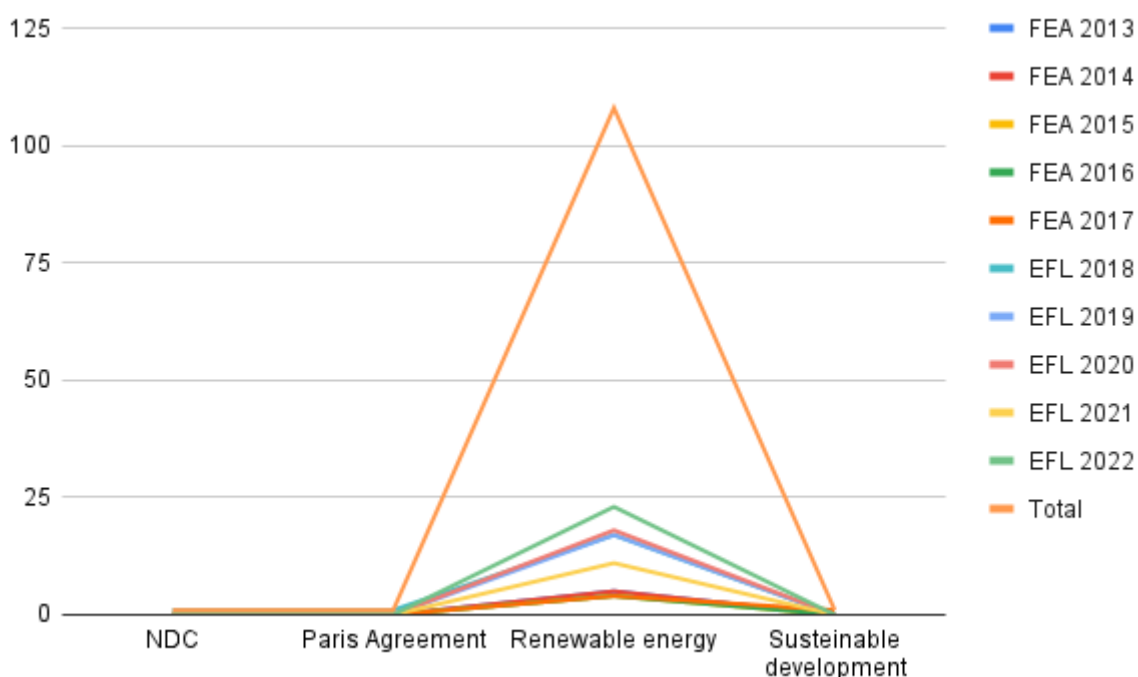
3.2. Estudo dos relatórios da Empresa Estatal de Eletricidade

Fiji estabeleceu sua instituição pública de eletricidade ainda antes de obter sua independência, tendo criado a Autoridade Elétrica de Fiji (FEA, em inglês) em 1966 (EFL, 2024). Por décadas, a FEA proveu eletricidade aos cidadãos de Fiji, investindo tanto em pequenos geradores como em hidrelétricas maiores, como as instalações de Nadarivatu e Monasavu. Atualmente, cerca de 60% da eletricidade de Fiji advém de fontes renováveis, sendo as hidrelétricas as maiores provedoras (World Bank, 2023). Não é o interesse primário desta pesquisa, no entanto, analisar exclusivamente os compromissos assumidos pelo país e o resultado de seus investimentos na área, mas antes o de compreender o processo de mudança pelo qual o planejamento energético do país passou nesses anos.

Este segundo momento da pesquisa se assemelhou ao anterior no que concerne à ordem de buscas. O primeiro item procurado também foi “SDG”, buscando por menções

diretas à agenda. Zero resultados foram encontrados, o que mostra uma discrepância com os documentos anteriormente analisados. Menções à “2030 Agenda” também foram nulas, como na pesquisa anterior. “Sustainable Development”, a ideia central por trás dos ODS, recebeu apenas uma menção ao longo dos 10 relatórios analisados, demonstrando a baixa inserção dessa ideia-chave no Estado e na empresa em questão. Quanto ao Acordo de Paris, tem-se que, somando as menções a “Paris Agreement”, “NDC” e “INDC”, são obtidas apenas duas menções.

Gráfico 2: Relatórios da Empresa Estatal de Eletricidade (2013-2022)



Fonte: elaborado pelo autor

Em 2018, a empresa foi corporativizada, ou seja, parte de suas ações foi posta à venda no mercado de ações de Fiji. Os interesses por trás desse processo não serão discutidos aqui, podendo ser matéria para trabalhos futuros, mas um dos objetivos expressos pelo Estado quando da corporativização da empresa, em 2018, foi o desenvolvimento do mercado de capitais no país (EFL, 2024). Conexões entre esse fenômeno e a mudança ideacional da empresa como expressa nos relatórios anuais não são claras, mas no mesmo ano, em 2018, houve uma ascensão de menções ao termo “Renewable Energy”, acima do triplo da média observada entre os anos de 2013 e 2017. Na verdade, “Renewable Energy” apareceu em 108 resultados ao longo de 10 relatórios. Este resultado é destoante diante dos outros para a mesma classe de documentos. Uma continuação da série histórica poderá, um dia, comprovar se o resultado de 2022, de 23 menções, é o ponto inicial de um estável crescimento da ideia de “energia renovável” no braço executor da política elétrica do país. Um outro evento recente que também deverá influenciar a composição ideacional da empresa está ligado à compra de, em 2021, 44% das ações da EFL pela Chugoku Power Company, conglomerado japonês de energia. As pesquisas aqui feitas ainda não podem afirmar que a venda de ações da empresa é

diretamente responsável por algum processo de mudança ideacional, mas a recomposição da empresa, com novos diretores em seu *board*, abre a instituição para a entrada de novas ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As discussões teóricas e os resultados empíricos tratados até agora deixam uma questão por resolver: Fiji vivenciou mudança institucional? Bem, uma vez que este trabalho investigou duas instituições, sendo o Estado fijiano e a empresa estatal Fiji Energia Ltda, há duas respostas possíveis, apoiadas pela literatura apresentada. Primeiramente, o caso da EFL nos indica que, sim, houve uma mudança institucional formal, uma vez que a Lei das Empresas, de 2015, abriu o caminho para a corporativização da Autoridade Elétrica de Fiji, em 2018, e consequentemente para a compra de 44% da empresa pelo Grupo Chugoku, em 2021. Ou seja, de acordo com o que se entende por uma instituição, isto é, conjunto de regras formais ou informais que constrange os indivíduos e os permite a ação, (Campbell, 2004; Schmidt, 2008), há um evidente processo de mudança institucional neste caso, onde se mudou as regras formais da instituição, sua constituição e até mesmo distribuiu seus benefícios de maneiras diferentes.

No entanto, entendendo que o processo de mudança institucional depende das ideias e dos discursos, uma vez que as ideias são fundamentais para a interpretação dos interesses e das instituições; porquanto as instituições são, ao mesmo tempo, internas ao agentes e passíveis de ser distanciadas dos agentes pelo processo discursivo (Blight, 2002; Schmidt, 2008), este artigo buscou olhar para as ideias sobre energia por trás da mudança institucional formal. Para nossa surpresa, as principais agendas internacionais que contemplam a transição energética não foram internalizadas na empresa pública de eletricidade. Ao invés de enfraquecer o argumento de que as ideias são fundamentais para a mudança institucional, uma vez que poucas ideias, senão a referente à “energia renovável”, foram sequer mencionadas, pode-se argumentar que, apesar de parecer contra intuitivo, não foi a atenção às agendas internacionais de transição energética que animou a mudança institucional da EFL, mas sim ideias sobre modernização corporativa. Em outras palavras, por não ter sido o objetivo inicial deste trabalho, as razões da mudança institucional dentro da EFL não foram perseguidas, o que fez com que este trabalho não buscasse a internalização de ideias para além das agendas internacionais. Sendo assim, e compreendendo que não há mudança institucional sem o intermédio de ideias, este artigo propõe que as ideias que permitiram a

mudança institucional da EFL não são de natureza ambiental, mas sim de organização corporativa (Fiji, 2013).

O caso do Estado fijiano voltado para o planejamento energético é algo diferente, uma vez que nossas pesquisas apontaram não um rompimento institucional, mas sim a ascensão e o recuo de certas ideias no centro do planejamento energético do país. O gráfico 1 nos mostra que o momento mais dinâmico de várias menções às agendas internacionais e às suas ideias centrais foi superado, a exemplo do declínio de menções às “NDC” de Fiji ao longo dos anos. Por outro lado, algumas ideias, como as referentes ao uso de energia renovável, continuaram a permear regularmente o planejamento energético do país. As causas da maior recepção de certas ideias sobre outras, como coloca Schmidt (2008), estão na articulação dos discursos que as contêm, o que também depende do espaço institucional em questão. A capacidade de convencimento das agendas onusianas de transição energética pode ser objeto de estudo de outros trabalhos, o que ajudaria a entender o porquê da internalização de certas ideias sobre outras; o que pode ser observado neste trabalho é que o período foi rico em introdução de novas ideias. A literatura observada não cria uma característica específica de “mudança institucional ideacional”, uma vez que, a partir do exposto por Blight (2002), essa caracterização talvez fosse redundante, já que mudanças institucionais dependem de mudança nas ideias. Sendo assim, com a parte que coube a este trabalho - monitoramento das agendas internacionais por meio dos documentos públicos - pôde-se ver um lado do processo de mudança institucional descrito por Blight (2002): a introdução de novas ideias e o reprocessamento das ideias antigas. Os resultados dos planos energéticos de Fiji não foram estudados aqui, mas um trabalho futuro sobre as consequências dos planos ofereceria um complemento bem-vindo, permitindo-nos observar os resultados práticos das ideias.

Sendo assim, temos que a ponderação sobre novas ideias e a articulação de discursos são um processo constitutivo da mudança institucional; no entanto, sem os resultados práticos do processo discursivo, podemos apenas afirmar que um aspecto fundamental da mudança institucional está presente nos documentos analisados. Possivelmente, a necessidade de avaliar ações concretas e, posteriormente, associá-las às ideias em questão é um dos limites dos Institucionalismo Discursivo (Schmidt, 2008).

Finalmente, este artigo gostaria de concluir esta seção buscando, brevemente, traçar alguns paralelos com o trabalho de Kratochwil e Koslowski (1997) para se entender como o Estado pode receber tais influências externas. Na prática, buscamos reforçar que o Estado está em condições de “receber” novas ideias por ele não ser uma instituição hermeticamente fechada. Apesar de seu trabalho contemplar as mudanças de identidade associadas às

mudanças internacionais durante a Revolução Francesa e o desmantelamento do Pacto de Varsóvia, suas ponderações sobre o impacto de transformações cognitivas dos agentes sobre o Estado e o Sistema Internacional oferecem-nos paralelos de comparação. “If one understands both the international system and the state in terms of normatively constituted practices, international and domestic politics are not hermetically sealed within their own spheres.” (Koslowski; Kratochwil, 1997, p. 223). Se as divisões entre o ambiente internacional e doméstico são tão tênues, e considerando o papel fundamental que as organizações internacionais possuem na sugestão de políticas públicas e provimento de informações atualizadas (Béland; Orenstein, 2012), logo pode-se ver como o fluxo de ideias não só é possível, como é normal e, muitas vezes, desejado pelos estados. Assim, novas ideias elaboradas no seio de organizações internacionais são passíveis de incorporação porque a elaboração dessas ideias também envolveu o corpo burocrático do Estado, a exemplo das negociações no entorno do Acordo de Paris.

Este artigo, enquanto resultado de uma pesquisa, buscou entender o processo de internalização de agendas internacionais para a transição energética na República de Fiji entre os anos de 2013 e 2022. Os objetos de estudo deste trabalho foram os documentos publicados por diversos órgãos e ministérios do Estado fijiano que contemplam a transição energética do país publicados dentro do mesmo período. Também foram analisados os relatórios anuais da empresa pública de eletricidade, a Autoridade Elétrica de Fiji, renomeada Fiji Energia Ltda em 2018, seguindo o processo de corporativização da empresa. A busca pela internalização das agendas se deu através de sua menção direta nos documentos, onde foram pesquisadas citações ao Acordo de Paris e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, as duas agendas em questão. A pesquisa de texto, feita com o auxílio da plataforma de análise textual Atlas.ti, indicou, inicialmente, que enquanto o Acordo de Paris encontrou ampla receptividade nos planos energéticos do Estado, houve uma mais modesta incorporação dos ODS. No que concerne à EFL e seus planos, encontrou-se que ambas agendas encontraram mínima recepção no planejamento elétrico do país, sendo os ODS sequer mencionados.

A aferição da internalização das agendas veio por meio do monitoramento das menções nos documentos. Para que alguma instituição possa externalizar uma ideia por meio de texto, essa ideia deve ter sido primeiramente internalizada. Em seguida, buscou-se as ideias que sustentam tais agendas, como a sigla “NDC” para Contribuições Nacionalmente Determinadas, política central para o Acordo de Paris, bem como “net-zero”, seu objetivo final. Mesmo essa busca mais aprofundada não encontrou resultados significativos nos relatórios da empresa, o que sugeriu um fechamento às agendas internacionais de transição

energética capitaneadas pela Organização das Nações Unidas a partir de 2015. Por outro lado, os planos energéticos do Estado apresentaram maior receptividade para com algumas dessas agendas e suas ideias fundamentais, apesar de algumas, como a neutralidade carbônica e o desenvolvimento sustentável, não terem sido mencionadas em nenhum documento.

À mera busca por elementos lexicais faltaria uma análise teórica do poder das ideias e dos discursos para se entender melhor o processo complexo em questão. Promovendo uma breve revisão do papel das ideias e da mudança nas instituições, encontrou-se um desafio das abordagens institucionalistas mais antigas, como o Institucionalismo da Escolha Racional, o Institucionalismo Histórico e Sociológico, em trabalhar com ideias. As investidas de adeptos dessas três correntes em contemplar o papel das ideias na manutenção e modificação institucionais forçou-os a fragilizarem alguns preceitos básicos de suas escolas de pensamento. Em seguida, a decisão de alguns autores, bem como a introdução de novos, de seguirem estudando o impacto das ideias nas instituições - e mais adiante, dos discursos - criou espaço para o surgimento do Institucionalismo Discursivo.

As considerações dos defensores dessa escola sobre as possíveis funções que ideias podem cumprir e como essas ideias são articuladas pelo processo discursivo serviram à empreitada analítica deste trabalho, uma vez que possibilitaram-nos o entendimento mais completo acerca do papel das ideias por trás das agendas internacionais de transição energética e o modo pelo qual os próprios documentos são escritos. Quanto aos documentos, tanto os planos estratégicos do Estado como os relatórios da EFL, estes foram entendidos como discursos, uma vez que articulam várias ideias, informam aos outros atores e ao público geral suas intenções e são fundamentais para o processo de mudança institucional. A própria recepção dessas agendas internacionais no ambiente doméstico de Fiji é possível porque os países não possuem características de uma compartimentos fechados ao exterior, mas sim estão em constante fluxo de troca de informações e ideias com o plano externo. Com o exemplo do papel notável de organizações internacionais, nas quais representantes do Estado participam ativamente, pode-se logo entender como o fluxo de ideias ultrapassa as fronteiras dos países.

Por fim, este artigo também levantou várias questões que podem ser trabalhadas futuramente em outros estudos, como os efeitos práticos das novas ideias nas ações concretas das instituições envolvidas. Um outro ponto a ser esclarecido é, no caso da EFL, saber que ideias e discursos animam o processo de mudança institucional ocorrido na empresa entre os anos de 2018 e 2021, quando o Grupo Chugoku adquiriu 44% das ações da companhia, uma vez que as agendas internacionais da ONU não podem ser apontadas como responsáveis. Por

fim, há a questão da qualidade do processo discursivo das Nações Unidas em respeito a essas agendas específicas, o que requer uma modificação completa do *locus* da pesquisa para dentro da ONU.

REFERÊNCIAS:

BLIGHT, M.; HELGADÓTTIR, O.; KRING, W. Ideas and Historical Institutionalism. In: FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (Ed.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BLIGHT, M. **Great Transformations: Economic Ideas and Institutional Change in the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

CAPOCCIA, Giovanni. Critical junctures. In: FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (Ed.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CAMPBELL, John L. **Institutional Change and Globalization**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

ENERGY FIJI LIMITED. **Company Information**. Disponível em: <<https://efl.com.fj/about-us/company-information/>>. Acesso em: 05 set. 2023.

FIJI. **Constitution of the Republic of Fiji**. Suva, 2013. Disponível em: <[https://www.laws.gov.fj/ResourceFile/Get/?fileName=2013%20Constitution%20of%20Fiji%20\(English\).pdf](https://www.laws.gov.fj/ResourceFile/Get/?fileName=2013%20Constitution%20of%20Fiji%20(English).pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FIJI ELECTRICITY AUTHORITY. **Annual Report**. Suva, 2013. Disponível em: <<https://pacific-data.sprep.org/resource/fea-annual-report-2013>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ELECTRICITY AUTHORITY. **Annual Report**. Suva, 2014. Disponível em: <<https://efl.com.fj/wp-content/uploads/2015/09/FEA-Annual-Report-2014-1.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FIJI ELECTRICITY AUTHORITY. **Annual Report**. Suva, 2015. Disponível em: <<https://www.parliament.gov.fj/wp-content/uploads/2017/02/FEA-Annual-Report-2015-1.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FIJI ELECTRICITY AUTHORITY. **Annual Report**. Suva, 2016. Disponível em: <<https://efl.com.fj/wp-content/uploads/2017/08/fea-annual-report-2016.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FIJI ELECTRICITY AUTHORITY. **Annual Report**. Suva, 2017. Disponível em: <<https://pacific-data.sprep.org/resource/fea-2017-annual-report>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FIJI ENERGY LIMITED. **Annual Report**. Suva, 2018. Disponível em: <<https://www.parliament.gov.fj/wp-content/uploads/2019/08/FEA-2017-EFL-2018-Annual-Report.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FIJI ENERGY LIMITED. **Annual Report**. Suva, 2019. Disponível em: <<https://www.parliament.gov.fj/wp-content/uploads/2020/05/Energy-Fiji-Limited-2019-Annual-Report.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FIJI ENERGY LIMITED. **Annual Report**. Suva, 2020. Disponível em: <<https://efl.com.fj/wp-content/uploads/2021/07/2020-EFL-Annual-Report.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FIJI ENERGY LIMITED. **Annual Report**. Suva, 2021. Disponível em: <<https://www.parliament.gov.fj/wp-content/uploads/2022/08/Energy-Fiji-Limited-Annual-Report-2021.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FIJI ENERGY LIMITED. **Annual Report**. Suva, 2022. Disponível em: <<https://www.parliament.gov.fj/wp-content/uploads/2023/07/Energy-Fiji-Limited-Annual-Report-2022.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

FIJI MINISTRY OF PUBLIC ENTERPRISES. **Restructure of FEA**. Disponível em: <<https://prdrse4all.spc.int/node/4/content/restructure-fea>>. Acesso em: 09 set. 2024.

FIJI. **Fiji National Energy Policy**. Suva, 2013. Disponível em: <<https://policy.asiapacificenergy.org/node/3598#:~:text=The%20objectives%20of%20this%20energy,%2C%20distribution%20and%20end%2Duse.>>. Acesso em: 10 out. 2023.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R.O. Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework. In: GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R.O. (Ed.). **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions and Political Change**. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

GOVERNMENT OF FIJI. **Fiji National Energy Policy**. Suva, 2021. Disponível em: <https://pacificdata.org/data/dataset/b06bf712-fa30-4b9d-86f7-f4c9519433b3/resource/27e11a2c-b981-4ed9-8c7a-e609f3ffa32d/download/national-energy-policy-draft-6_final-clean-version.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

GOVERNMENT OF FIJI. **Fiji's Intended Nationally Determined Contribution**. Suva, 2015. Disponível em: <<https://fijiclimatchangeportal.gov.fj/documents/fijis-intended-nationally-determined-contribution/>>. Acesso em: 10 out. 2023.

GOVERNMENT OF FIJI. **5 Year & 20 Year National Development Plan 2017-2036**. Suva, 2017. Disponível em: <<https://www.fiji.gov.fj/About-Fiji/National-Development-Plan>>. Acesso em: 10 out. 2023.

HALL, P.; TAYLOR, R. **As três versões do neoinstitucionalismo**. Lua Nova, 2003.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 1995: Synthesis Report**. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar2/syr/>>. Acesso em: 27 set. 2024.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>>. Acesso em: 20 set. 2024.

KOSLOWSKI, R.; KRATOCHWIL, F. Understanding change in international politics: the Soviet empire's demise and the international system. **International Organization**, v. 48, n. 2, p. 215-247, 1994.

LIEBERMAN, R.C. Ideas, Institutions, and Political Order: Explaining Political Change. **The American Political Science Review**, v. 96, n. 4, p. 697–712, 2002. DOI: 10.1017/s0003055402000394.

MAHONEY, J.; THELEN, K. **Institutional Change**. Ambiguity, Agency, and Power. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. **Rediscovering institutions**. New York: Simon and Schuster, 1989.

MINISTRY OF ECONOMY. **Fiji Low Emission Development Strategy 2018-2050**. Suva, 2018. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Fiji_Low%20Emission%20Development%20Strategy%202018%20-%202050.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

MINISTRY OF ECONOMY. **Fiji NDC Implementation Roadmap 2017-2030**. Suva, 2017. Disponível em: <https://fijiclimatchangeportal.gov.fj/wp-content/uploads/2022/01/FIJI-NDC-IMPLEMENTATION-ROADMAP_LOWRES.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

MINISTRY OF STRATEGIC PLANNING, NATIONAL DEVELOPMENT AND STATISTICS. **A Green Growth Framework for Fiji**. Suva, 2014. Disponível em: <<https://www.fijiroads.org/wp-content/uploads/2016/08/A-Green-Growth-Framework-for-Fiji.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2023.

PARLIAMENT of Fiji. **Companies Act**, 2015. Disponível em: <<https://laws.gov.fj/Acts/DisplayAct/3231>>. Acesso em: 03 set. 2024.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PRASAD, R.D. **The drivers of a clean energy transition in Pacific Island Countries**, 2021. Disponível em: <<https://council.science/blog/the-drivers-of-a-clean-energy-transition-in-pacific-island-countries/>>. Acesso em: 10 set. 2024.

ROADMAP for Fiji. **Nexstep Energy**, 2022. Disponível em: <<https://nexstepenergy.org/roadmap/Fiji>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

SCHMIDT, V.A. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. **Annual Review of Political Science**, v. 11, n. 1, p. 303–326, 2008. DOI: 10.1146/annurev.polisci.11.060606.135342.

SCHMIDT, V.A. Taking Ideas and Discourse Seriously: Explaining Change Through Discursive Institutionalism as the Fourth “New Institutionalism”. **European Political Science Review**, v. 2, n. 1, p. 1–25, 2010. DOI: 10.1017/s175577390999021x.

THELEN, K.; STEINMO, S. Historical Institutionalism and Comparative Politics. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. (Ed.). **Structuring Politics**: Historical Institutionalism in Comparative Analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

UNITED NATIONS. **United Nations Conference on the Environment**, 1972. Disponível em: <<https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>>. Acesso em: 11 ago. 2024.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE. **The Paris Agreement**. Disponível em: <<https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>>. Acesso em: 03 jul. 2024.

WORLD BANK. **Fiji**, 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/FJ>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

YEE, A.S. The Causal Effects of Ideas on Policies. **International Organization**, v. 50, n. 1, p. 69–108, 1996. DOI: 10.1017/s0020818300001673.

ZUCKER, Lynne G. Institutional theories of organization. **Annual Review of Sociology**, v. 13, p. 443-464, 1987.